



ACÓRDÃO Nº448/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11361/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo de Pensões e Aposentadoria de Envira – FAPENV.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Júlio Chagas de Pinto Mattos (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 786/2020-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo de Pensões e Aposentadoria de Envira – FAPENV. Exercício de 2018.

Regularidade com ressalvas. Multa. Inscrição na Dívida Ativa. Recomendação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas do **Sr. Júlio Chagas de Pinto Mattos**, Gestor do Fundo de Pensões e Aposentadoria de Envira – FAPENV, no curso do exercício de 2018, com aplicação de multa e recomendações à origem.

10.2. Aplicar Multa ao **Sr. Júlio Chagas de Pinto Mattos**, no valor de **R\$1.706,80** (hum mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos), que deverá ser recolhida **no prazo de 30 (trinta) dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “c”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento



ACÓRDÃO Nº448/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.3. Autorizar Inscrição na Dívida Ativa do Sr. Júlio Chagas de Pinto Mattos, em caso de não recolhimentos dos valores de condenação.

10.4. Recomendar ao Sr. Júlio Chagas de Pinto Mattos, gestor do Fundo de Pensões e Aposentadoria de Envira – FAPENV que encaminhe assim que finalizada a avaliação atuarial inicial de cada balanço, conforme art. 1º, I, da Lei 9.717/98 e que nas próximas prestações de contas enumere o processo administrativo, contendo a respectiva autorização, indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, conforme art.38, caput, da Lei 8.666/93.

10.5. Dar ciência ao Sr. Júlio Chagas de Pinto Mattos da decisão.

10.6. Arquivar o processo após cumpridas as determinações.

11- Ata: 11ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 6 de Maio de 2020.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral